

Dívida do Brasil agora depende dos governos

Dívida externa

Londres — Os bancos britânicos advertiram o governo da Grã-Bretanha que somente participarão num reescalonamento a longo prazo da dívida do Brasil se os governos ocidentais também aceitarem, no Clube de Paris, reescalonar a dívida pública brasileira.

Conforme a declaração publicada ao final da última reunião econômica realizada em junho em Londres, os governos ocidentais comprometeram-se a agir daquela forma. Na declaração, os chefes de governo dos sete grandes países industrializados (Estados Unidos, Canadá, França, Grã-Bretanha, Alemanha Ocidental, Japão e Itália) assumiram o compromisso, "nos casos em que os países devedores se esforçarem sozinhos e com êxito para melhorar suas situações, de incentivar um reescalonamento plurianual maior das dívidas comerciais e estar dispostos nos casos apropriados a negociar de forma semelhante no que se refere às dívidas contraidas com os governos e as instituições públicas".

Os banqueiros britânicos tinham esperado que este compromisso fosse aplicado no caso de reescalonamento da dívida mexicana, efetuado recentemente e que deve servir de modelo para as futuras negociações com os outros países endividados.

Isso não aconteceu e os banqueiros britânicos manifestaram sua decepção às autoridades durante uma troca de opiniões na semana passada com os dirigentes do Banco da Inglaterra, que serve de intermediário entre a City e o governo.

Os banqueiros se resignaram e não insistiram, em parte porque os representantes do governo puderam se defender afirmando que o México não tinha feito nenhum pedido de reescalonamento de sua dívida pública e também porque a contribuição do setor público britânico à dívida mexicana é quase insignificante.

Mas advertiram que "a situação será diferente no caso brasileiro". As negociações com o Brasil devem começar no mês que vem e ainda existem dúvidas sobre as opções brasileiras nos casos das dívidas pública e privada.

O pedido de reescalonamento da dívida pública tem como inconveniente as restrições impostas para suas possibilidades de recorrer aos serviços

governamentais de créditos de exportação dos países credores.

Os banqueiros sabem que a dívida brasileira com a Grã-Bretanha, ou por ela garantida, é considerável e esperam exigir que "o espírito da declaração seja respeitado".

Na City espera-se, em consequência, que a sessão do Clube de Paris, que se realizará na capital francesa de 12 a 14 de setembro, seja empregada para detalhar positivamente as intenções dos governos nesta questão, mesmo que essa reunião tenha sido convocada essencialmente para analisar o problema da dívida polonesa.

Realismo

Porto Alegre — "Os credores externos do Brasil, em especial os europeus, desejam uma renegociação mais realista da dívida brasileira, isto é, que englobe as necessidades do país a médio e longo prazos, através de um cronograma, não apenas de pagamento da dívida, mas, principalmente, de crescimento interno para viabilizá-la". Este é o parecer do diretor do Brasil do Banco Europeu para a América Latina, Milto Bardini, revelado, ontem, em Porto Alegre, durante entrevista coletiva. Segundo Bardini, o atual governo brasileiro deve apenas encaminhar a renegociação da dívida externa, a ser feita por seu sucessor. "Com a evidente progressão da balança comercial, o Brasil já está em condições mais favoráveis de renegociar a sua dívida, afirmou Bardini, lembrando que os banqueiros — os credores europeus detêm aproximadamente 50 por cento dos 100 bilhões de dólares da dívida nacional e o Banco Europeu é um conglomerado de bancos — estão dispostos a conceder melhorias, tanto na redução dos juros, como no aumento da carência e do prazo de pagamento.

Na opinião de Milto Bardini, o maior problema que enfrenta o Brasil, na atualidade, bem mais grave do que a dívida externa, é a inflação. "A dívida externa está em fase de solução, principalmente em consequência do crescimento considerável das exportações. Por isso, é chegado o momento de o governo pensar mais na sua realidade interna, combatendo efetivamente a inflação e a recessão", explicou Bardini, afirmando ainda ser impossível a efetivação da desindexação da economia brasileira, devido à inflação elevada.